

REFORMAS ESTRUTUAIS JÁ FORAM FEITAS

Luiz Carlos Bresser-Pereira

Entrevista para o jornal *Folha de Londrina*,
8.10.1994.

Folha – Os empresários vêm repetindo continuamente a necessidade de promover reformas estruturais que dêem sustentação ao Plano. Esses ajustes vão acontecer?

Bresser – Falar em reformas não faz o menor sentido e eu explico por que. As principais reformas econômicas foram feitas nos últimos sete anos, as reformas realmente necessárias para mudar radicalmente a economia brasileira: um grande ajuste fiscal, uma profunda liberalização comercial, grandes avanços na privatização e a reestruturação das empresas brasileiras. São essas reformas que garantem o êxito do Plano Real. Quando Fernando Henrique assumiu o ministério da Fazenda, ele percebeu que essas reformas já tinham sido feitas, só faltava a estabilização. Foi essa visão, que ficou fora da cegueira generalizada provocada pela alta inflação, que possibilitou que FHC fizesse a coisa certa, e combatesse a inflação do modo adequado. Há quatro meses ouvi dos economistas americanos que o Brasil era o único país da América Latina que ainda não tinha promovido as reformas necessárias. Eles estavam errados, mas só perceberam isso quando a equipe econômica conseguiu baixar a inflação.

Folha – Mas se as reformas econômicas já tinham sido feitas, como o senhor diz, por que a inflação continuava a subir?

Bresser – Porque os economistas trataram a inflação de maneira incompetente no governo Collor. Veja só: a ex-ministra Zélia Cardoso de Mello, que um dia será reconhecida pelo bom trabalho que fez em boa parte de sua gestão, fez o necessário ajuste fiscal, tomou as medidas de liberalização da economia que mudaram o panorama econômico brasileiro, mas não entendeu a inflação. Agora todo mundo já ouviu falar de inércia inflacionária, que era a verdadeira causa da persistência da inflação depois que as mudanças econômicas foram feitas. Só no governo Itamar Franco, quando chegou uma equipe competente e criou

a URV, evitando os reajustes em datas diferentes que alimentavam a inflação inercial, é que se pode acabar com a inflação. Claro, ainda falta completar o ajuste fiscal, mas hoje a nossa situação é bem melhor do que há sete anos e meio, depois da experiência populista do Cruzado.

Folha – *Mas o próprio ex-ministro da Fazenda, Rubens Ricupero, reconheceu a necessidade de reformas pra a sustentação do Plano. Afinal o Fundo Social de emergência tem data marcada para acabar.*

Bresser – Sim, teremos que completar o ajuste fiscal até 96, isso é verdade. Mas, o que eu digo, é que não é tão dramaticamente importante mexer na Constituição agora, como pregam tantos. E tem mais um detalhe: é quase impossível fazer isso agora, como reconhece o próprio José Serra, experiente em questões do Congresso. Veja bem: para mudar a Constituição no regime vigente, teríamos que fazer duas votações em dois turnos, o que significa quatro votações que obtivessem a aprovação de 3/5 do Congresso dentro do prazo regimental! Acho que não devemos ficar tão preocupados com isso. O essencial está garantido e temos algum tempo para discutir as melhores maneiras de se promover os ajustes fiscais e a reforma tributária que são necessárias, sem dúvida, mas que podem ser resolvidos até sem mexer na Constituição. Temos, por exemplo,, a idéia do Bacha (Edmar Bacha) de se retirar a legislação tributária da Constituição e resolvê-la por legislação ordinária. É uma ótima idéia principalmente porque é muito difícil fazer com que governadores e prefeitos concordem com a revisão do repasse de verbas federais para Estados e Municípios. Eu, pessoalmente, acredito em uma menor concentração de verbas no governo federal, mas também em uma maior distribuição de tarefas para prefeituras e governos estaduais.

Folha – *E o outro lado da reforma tributária, o que se refere à taxaço dos produtos na indústria e no comércio? Os empresários estão certos quando se queixam da carga tributária?*

Bresser – É certo que a reforma tributária é necessária pra que se possa simplificar a arrecadação e evitar a sonegação. O que acontece é que a carga tributária é alta para as empresas que pagam, mas como muitas sonegam, a participação da receita tributária no PIB é menor do que deveria ser. Hoje, essa participação é de 25%, enquanto nos países asiáticos – que é bem menor do que nos Estados Unidos ou nos países da Europa – é de 30 a 35%. Todo mundo quer que se reduza as alíquotas, mas é preciso ter cuidado pra não

cair em um populismo que reduza a arrecadação. Acredito que uma racionalização de tributos e o combate à sonegação podem melhorar o desempenho das empresas e chegar a uma carga tributária global de 28, 30%.

Folha – Essa é a reforma mais importante a ser feita?

Bresser – Não, a mais importante é a da Previdência, o elemento fiscal fundamental. Temos de acabar com a aposentadoria por tempo de serviço, de gente com 50 anos de idade, que tem um custo insuportável para a Previdência e tornar mais clara a participação dos fundos de previdência privada, reduzindo o teto para o recebimento da aposentadoria do governo.

Folha – O presidente eleito Fernando Henrique Cardoso aponta a vinculação do salário mínimo à Previdência como uma das causas da dificuldade de elevar o seu valor.

Bresser – Vou dizer outra coisa que pode parecer “impopular”, mas que considero correta: não se deve aumentar o salário mínimo porque isso provocaria desemprego em larga escala. O melhor seria adotar o programa de renda mínima, do senador Eduardo Suplicy, que funciona como um imposto negativo; ou uma complementação da renda com valor fixo. Fala-se muito que é a tecnologia que provoca o desemprego, mas por que o desemprego na Europa é de 11% enquanto nos Estados Unidos é de 6% e no Japão ainda menor? Porque na Europa os salários-mínimos são mais altos.

Folha – E o senhor concorda com as indústrias e sindicatos operários que combatem a redução das alíquotas de importação também com o argumento do desemprego?

Bresser – É preciso examinar essa questão com cuidado. A abertura comercial foi bem feita, tanto que o que se vê é a expansão da indústria brasileira, não sua retração. A maior parte dos produtos que tiveram suas alíquotas reduzidas sofreu, na verdade, uma antecipação dessa redução, prevista para janeiro de 95, por força do acordo do Mercosul. Eu, pessoalmente, discordo da redução das alíquotas, no caso da indústria automotiva, por dois motivos: essa redução ainda seria discutida até 2001 e esse é um segmento produtivo estratégico para o País, uma vez que tem muitos encadeamentos para trás. Qualquer decisão tomada nesse setor traz muitas conseqüências, uma vez que afeta muitas indústrias que dependem dos fabricantes de automóveis.

Folha – O senhor acha que Fernando Henrique Cardoso terá a força necessária para enfrentar essas questões com alianças tão heterogêneas?

Bresser – Sem a menor dúvida. Acredito que Fernando Henrique será um estadista. O que significa assumir os confrontos necessários com qualquer segmento da sociedade para tomar as decisões melhores para o conjunto do país. Ele já mostrou que tem inteligência e habilidade para isso e tem a seu favor o fato de já ter mostrado à sociedade brasileira que é capaz de tomar as decisões certas.

Folha – *O senhor participaria do governo de Fernando Henrique Cardoso?*

Bresser – Eu participei da campanha de FHC desde o início. Portanto, se receber um convite compatível, não tenho motivo para não aceitar. Mas não é uma coisa fundamental para mim, e sei que ele estará sujeito a inúmeras pressões e restrições na hora de escolher sua equipe.